

VENEZUELA BOLIVARIANA: DISPUTAS PELO CONTROLE DO PETRÓLEO EM PERSPECTIVA[i]

Por *Vicente Neves da Silva Ribeiro*[ii]

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar as disputas recentes na Venezuela pelo controle do petróleo, buscando situá-la no marco da história da Venezuela petroleira. A partir do conceito de regime petroleiro, busca-se identificar as diferentes estratégias de controle do petróleo, evidenciando a existência de uma tensão entre a acumulação transnacionalizada de capital diretamente no setor e a maximização da renda petroleira, tensão esta marcou os país nesse início de século XXI. A vitória do campo bolivariano nesta disputa consolida uma retomada do nacionalismo petroleiro em bases diferentes e com novos horizontes de transformação. Busca-se, igualmente, apresentar algumas questões associadas à especificidade de uma formação social marcada pela circulação de uma renda petroleira internacional.

Palavras-chaves: Venezuela – Renda petroleira – Nacionalismo petroleiro – Hugo Chávez

Abstract: The purpose of this article is analyze recent disputes in Venezuela for oil control seeking to situate it in the context of the history of Venezuela as an oil exporting country. From the concept of oil governance structure, we attempt to identify the different control strategies of oil, showing the existence of a tension between the transnationalized accumulation of capital directly in the industry and maximizing oil rent, tension that marked the early years of the century XXI in the country. The victory of the Bolivarian camp in this dispute consolidates a resurgence of oil nationalism from different bases and new horizons of transformation. The aim of this article is also present some issues related to the specificity of a social formation characterized by the circulation of an international oil rent.

Key Words: Venezuela – Oil rent – Oil nationalism – Hugo Chávez

No presente artigo, apresentaremos algumas reflexões desenvolvidas sobre a Venezuela e sua condição de país petroleiro bem como algumas perspectivas de pesquisa. A disputa ao redor da captação do excedente petroleiro entre distintas estratégias para o setor entre 2001 e 2003 serão situadas no marco da história da Venezuela contemporânea. Buscaremos, além disso, apontar algumas questões que se deslocam da captação do excedente petroleiro para os diferentes mecanismos de distribuição da renda petroleira. Tal deslocamento busca lançar luz sobre o período aberto a partir do ano de 2003 através da indicação de algumas abordagens que consideradas férteis para a continuidade desse debate.

I. A história da Venezuela contemporânea é inaugurada pelo petróleo. Os contornos principais do país e sua história ao longo do século XX explicam-se, em grande medida, pela sua relação com o petróleo, autorizando-nos a chamá-la de uma *nação petroleira*. Em 1928, poucos anos após o início da extração de petróleo em larga escala, a Venezuela se transformou no maior exportador de petróleo do mundo e guardaria este posto até ser ultrapassada, décadas mais tarde, pelos países do Oriente Médio (MOMMER, 2003, p. 116). Ao longo desse período, a Venezuela mudaria em ritmo acelerado e o sentido dessa transformação seria profundamente influenciado por sua condição de país exportador de petróleo.

A imagem da Venezuela como país petroleiro e o reconhecimento da importância dos efeitos do petróleo para compreender sua história nos obrigam a refletir de forma mais detida sobre esse processo. Afinal, qual a relação entre a Venezuela e o petróleo? Os efeitos do petróleo enquanto matéria-prima serão, inicialmente, muito limitados e, mesmo após o crescimento do consumo interno, somente uma pequena fração do óleo extraído terá esse destino. Se focalizarmos os processos produtivos associados à extração de petróleo, verificaremos que sua extração envolve uma pequena parcela da força de trabalho do país. A relação mais significativa entre a Venezuela e o petróleo, aquela que produzirá efeitos mais difundidos e duradouros, será a circulação das divisas arrecadadas com sua exportação.

Será importante insistir neste ponto, uma vez que a condição de país petroleiro está determinada pela importância que as divisas oriundas da exportação de petróleo terão para as finanças do país. Vale destacar que a remuneração do petróleo não está relacionada somente aos seus custos de produção. No caso do petróleo, seu preço excede de forma habitual tais custos, produzindo um lucro excedente que pode ser apropriado pelos proprietários desse recurso natural.

Outro elemento decisivo é que se trata de uma renda da terra internacional, isto é, oriunda do mercado mundial e condicionada diretamente por este. Essa condição exportadora será um elemento de suma importância, tendo em vista que a situação seria bastante distinta se o petróleo fosse vendido, principalmente, no mercado interno. Portanto, quando mencionamos a circulação de divisas oriundas das referidas exportações, estamos nos referindo a uma *renda petroleira internacional*.

É dentro desse marco que precisamos compreender a chamada *Revolução Bolivariana*, processo de transformação vivido pela Venezuela nos últimos anos. Para tanto, é necessário situá-la como parte dessa história contemporânea do país, marcada pelo petróleo e, em especial, pelos seus efeitos por meio da renda petroleira.

Desde o início da exportação de petróleo nas primeiras décadas do século passado a condição de país petroleiro marcaria profundamente a Venezuela e a disputa pelo controle do petróleo passou a ocupar um lugar decisivo nas disputas políticas do país. Para abordar a questão do controle adotamos o conceito proposto por Bernard Mommer (2003) de *regime petroleiro*. Este pode ser definido como o conjunto de regras e atores envolvidos no controle do petróleo, constituindo um campo delimitado no qual são travadas as disputas pela apropriação do excedente. Os diferentes atores presentes neste regime são os proprietários do recurso natural, as companhias petroleiras e os consumidores, bem como os Estados nacionais.

Um dos primeiros elementos a ser definido para caracterizar um regime petroleiro é a questão da propriedade das jazidas. Os proprietários particulares da superfície poderão igualmente reivindicar direitos em relação ao subsolo ou este será considerado público? Na ampla maioria dos países produtores de petróleo, com a notável exceção dos Estados Unidos, a propriedade do subsolo é pública, limitando desta forma os direitos dos proprietários privados à superfície.

No entanto, a propriedade pública do subsolo não é suficiente para definir o regime ao qual determinado recurso natural está submetido. Como afirma Mommer:

Sin embargo queda todavía por considerar el asunto de la renta de la tierra. ¿Debe el Estado actuar como un propietario y comportarse del mismo modo que un terrateniente privado, es decir, debe cobrar una renta de la tierra? O antes bien, ¿debe el Estado simplemente asumir un rol de administrador de un bien público que se considera como un don libre de la naturaleza para los productores y, por ende, para los consumidores? (MOMMER, 2003, p. 91).

A partir da segunda metade do século XX, os países exportadores de petróleo, com a Venezuela cumprindo um papel pioneiro, buscaram construir as condições para transitar de um *regime público liberal*, no qual os interesses do capital petroleiro transnacional se afirmavam de forma quase absoluta e limitavam a renda petroleira, para um regime no qual a propriedade pública do subsolo não servisse para anular a renda da terra, mas para que esta fosse maximizada e arrecadada pelo Estado. A afirmação

deste *regime público proprietário* (MOMMER, 2001[iii]) sobre o subsolo foi o grande objetivo defendido pela maior parte dos governos venezuelanos a partir da Reforma Petroleira de 1943, fazendo frente, de forma negociada, aos interesses das transnacionais do petróleo e dos países consumidores. Esta confrontação ganhou força pela formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) levando os países não só a se apropriar dos sobrelucros do capital transnacional, mas igualmente a elevar o patamar dos preços internacionais do petróleo para que estes incorporassem uma maior renda petroleira (MOMMER, 1988).

Portanto, podemos afirmar que a partir da década de 1940 a estratégia dominante no Estado venezuelano visava maximizar a renda petroleira por intermédio da afirmação da propriedade nacional do subsolo. Se nos regimes liberais a propriedade pública serve para neutralizar a renda da terra, facilitando o acesso do capital aos recursos naturais, no regime petroleiro constituído ao longo deste período na Venezuela, este caráter público serviria para nacionalizar a renda da terra e maximizá-la.

Profundamente relacionado com este regime petroleiro proprietário foi sendo constituído um regime político apoiado nesta renda, o laço fundamental que unia a Nação e seu petróleo. Para fazer frente ao capital transnacional com a consequente expansão da renda era necessário um fortalecimento tanto interno quanto externo do Estado. Internamente, a forma pela qual se estabeleceu este fortalecimento na Venezuela passou pela consolidação da democracia, ampliando a base de apoio e robustecendo a sustentação da política de maximização da renda petroleira frente às transnacionais. Externamente, a Venezuela foi decisiva para a fundação da organização dos países proprietários de grandes jazidas petrolíferas e exportadores, a OPEP.

O *nacionalismo petroleiro* pode, portanto, ser compreendido como a articulação entre um regime político e um regime petroleiro centrado na expansão da renda petroleira do país e na sua distribuição pelo Estado. A renda petroleira permitia a consolidação do regime político e esta última permitia um fortalecimento da posição do Estado venezuelano para maximizar a captação enquanto renda do excedente petroleiro. A ampliação do volume de recursos disponíveis estava estreitamente vinculada à maximização da renda petroleira, isto é, não dependia prioritariamente de um aumento da produção do país. Este caminho permitia amortecer, em razão da expansão da arrecadação petroleira, as contradições sociais, canalizando de maneira desigual, para

dentro do regime político, as demandas de distintos setores sociais. Este fortalecimento do regime político favorecia o fortalecimento do Estado venezuelano frente às transnacionais, possibilitando, articulado aos demais países exportadores, a expansão da renda petroleira.

A busca pela maximização da renda petroleira culminou na década de 1970, quando o auge da afirmação da propriedade nacional sobre o subsolo levou os países exportadores a nacionalizar a indústria petroleira, formando companhias próprias. Na Venezuela, o processo de nacionalização se efetivou em 1976, com a criação da Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA). Porém, a partir da década de 1980, a crise do modelo baseado na apropriação e distribuição da renda petroleira pelo Estado abre caminho para uma liberalização do regime petroleiro.

Para compreender como aconteceu esta reviravolta, destacamos que a nacionalização do petróleo venezuelano modificou os espaços de disputa onde atuava o nacionalismo petroleiro. Entre meados da década de 1920 e 1976, havia uma clara batalha para definir que a propriedade das reservas de petróleo pertencia à nação venezuelana, apresentando as empresas transnacionais como concessionárias. O Estado venezuelano defendia seu direito de ter um controle impositivo sobre os contratos, podendo estabelecer unilateralmente alterações devido à sua condição de proprietário do recurso natural e de país soberano. Esta separação do Estado em relação à extração do recurso fazia com que este estivesse concentrado na fiscalização e na arrecadação.

A partir da nacionalização de 1976, além da fiscalização e arrecadação, o Estado passou a ser o único acionista da companhia. Tal posição incrementou seu papel na indústria petroleira, pois além dos seus rendimentos fiscais, o Estado poderia obter dividendos enquanto proprietário da PDVSA.

Ahora los países petroleros controlan tanto la renta del suelo como la producción. En cuanto a lo primero, ello se realiza institucionalmente - como antes - por intermedio de los Ministerios de Petróleo, mientras lo segundo se realiza a través de las compañías nacionales; son ellas las que toman todas las decisiones empresariales de alguna importancia, en cooperación con el Ministerio de Petróleo. Esta cooperación, dadas las diferentes funciones específicas de ambas partes, desde luego no se encuentra libre de contradicciones. Pero éstas se ven minimizadas por ser compañías nacionales de capital estatal. No era cuestión de sustituir el capital arrendatario extranjero por capital arrendatario nacional privado. Esto ya fue aclarado en la Declaración Política de 1968, donde explícitamente se formuló como principio la explotación directa de los yacimientos por empresas públicas. La razón es simplemente la siguiente. El capital arrendatario como tal,

independientemente de su nacionalidad, se opone y tiene que oponerse a cualquier aumento de la renta del suelo (MOMMER, 1988, p. 213).

Conforme nos demonstra a história posterior da Venezuela, a propriedade pública da indústria parece ser uma condição necessária, porém não suficiente, para otimizar a maximização da renda petroleira. Se o capital, independente de sua nacionalidade, se opõe ao aumento da renda da terra, em que medida seu caráter estatal modifica essa situação? Conforme afirma Mommer, em um primeiro momento, as contradições entre maximização da renda e acumulação de capital foram minimizadas com a nacionalização. Porém, à medida que o nacionalismo petroleiro venezuelano entrava em crise, houve uma tendência ao acirramento desta contradição, fazendo com que a estratégia de acumulação de capital no próprio setor passasse a ganhar cada vez mais espaço no desenho da política petroleira venezuelana. O caráter público e nacional da indústria petroleira facilitou, inclusive, que esta fosse apresentada como a realização do interesse nacional, mesmo se traduzindo, do ponto de vista fiscal, em uma redução drástica dos recursos disponíveis para o setor não-petroleiro.

II. A crise econômica vivida pela Venezuela a partir da década de 1980 abriu caminho para um deslocamento do eixo de formulação da política petroleira cada vez mais para a cúpula da empresa nacional, a PDVSA, centrando-se esta na liberalização do regime petroleiro.

A partir deste momento, a estratégia de maximização da renda petroleira perde força frente à busca pela acumulação transnacionalizada de capital no setor petroleiro. Esta última estratégia se expressou principalmente no programa de compra de refinarias nos países consumidores de petróleo por parte de PDVSA, conhecido como o programa de Internacionalização, e igualmente na abertura do setor petroleiro venezuelano para a volta das companhias transnacionais, conhecida como *Apertura Petrolera*.

Nas palavras dos principais promotores da acumulação transnacionalizada de capital no setor petroleiro, a Venezuela deveria construir um marco legal que atraísse o “recurso” verdadeiramente escasso: o capital. Isto é, tratava-se de liberalizar o regime petroleiro, fazendo com que a propriedade pública do subsolo estivesse a serviço da rentabilidade dos investimentos. Esta política traria profundas consequências para a arrecadação fiscal, diminuindo o volume de recursos disponíveis e solapando as bases sobre as quais o regime político estava sustentado.

Através deste processo de liberalização, o principal laço que unia o setor petrolífero ao conjunto do país, a renda petrolífera minguava contribuindo para o agravamento das condições de vida da maioria da população. Os principais instrumentos de mediação do *Pacto de Punto Fijo*, os grandes partidos de massa Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), perderam sua capacidade de promover a conciliação de classes.

Quando a renda petrolífera disponível diminuiu, seja pelo aumento dos pagamentos associados à dívida externa, seja devido à diminuição dos preços e volumes exportados a partir de 1986, a crise se fez sentir com força, tendo sua expressão mais marcante em 1989, com o *Caracazo* ou *Sacudón* (LÓPEZ-MAYA, 2005), levante popular contra o aumento das passagens, que se transformou em uma onda de saques com especial força na capital do país, Caracas. Naquele momento, o governo decretou a suspensão das garantias constitucionais e convocou o exército para reprimir a população, culminando em centenas mortos. Referindo-se a esse marco, Fernando Coronil afirma:

Estos acontecimientos marcaron una crisis del proyecto populista que había definido la relación entre pueblo y Estado desde 1936. Con el giro hacia las políticas del libre mercado y el desmantelamiento del desarrollismo populista, el discurso dominante comenzó a presentar al pueblo no ya como el virtuoso cimiento de la democracia, sino como una masa turbulenta y parásita a la que el Estado tenía que disciplinar y el mercado tornar productiva. Desde la perspectiva de los sectores populares, por otro lado, la élite se definía de manera creciente como “cogollo” corrupto, que había privatizado la nación y atropellado al pueblo (CORONIL, 2002, p. 418).

Esta crise atravessa o conjunto do aparelho de Estado, inclusive as Forças Armadas, das quais emerge o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, movimento militar clandestino encabeçado por Hugo Chávez que em 1992 promove um levante contra o governo. Mesmo derrotados, estes se convertem em importantes referências por sua oposição intransigente ao regime, transformando-se ao longo da década de 1990 de movimento militar clandestino em movimento de massas. Recuperando elementos de uma hegemonia em crise, o bolivarianismo consegue rearticular um bloco social e político para voltar a promover a estratégia do nacionalismo petrolífero.

A vitória nas eleições em 1998 de Hugo Chávez, encabeçando o Polo Patriótico, representou imediatamente um freio à política petrolífera neoliberal, conduzindo ao Executivo um projeto voltado para ampliação da arrecadação fiscal petrolífera. Para

atingir este objetivo, as medidas que ao longo do século XX caracterizaram o nacionalismo petroleiro foram retomadas: fortalecimento da OPEP, política de aumento dos preços e não dos volumes extraídos, aumento da arrecadação fiscal petroleira.

Podemos afirmar que a vitória de Chávez representou uma retomada do nacionalismo petroleiro. Mesmo assim, essa orientação levaria alguns anos para se firmar, sendo decisivo para isso o turbulento período vivido pela Venezuela entre o final de 2001 e o início de 2003. O marco inicial para uma série de mobilizações da oposição ao governo Chávez foi provocado por um conjunto de leis aprovadas no final do ano de 2001, que abrangiam os mais variados âmbitos, entre os quais o petróleo.

A Lei Orgânica de Hidrocarbonetos previa uma nova forma de tributação da PDVSA, aumentando o pagamento de *royalties* (determinados exclusivamente pelos preços e volumes) em detrimento do Imposto de Renda (calculado a partir da dedução dos custos). Nesse mesmo contexto, o governo nomeou uma nova junta diretiva para a PDVSA afinada com o seu propósito de ampliar a arrecadação fiscal.

Muito da política petroleira do governo bolivariano representou um retorno às diretrizes seguidas pelos governos da Venezuela ao longo do século XX. A diferença, entretanto, é que esta retomada do nacionalismo petroleiro é promovida por um bloco popular *apesar e contra* os principais setores da burguesia. As políticas neoliberais levadas a cabo antes da ascensão do governo bolivariano e a reação destes setores à retomada do nacionalismo petroleiro demonstram a existência de profundas transformações nos setores dominantes.

Frente à transnacionalização dos interesses da burguesia venezuelana, a retomada do nacionalismo petroleiro não se realiza enquanto conciliação entre classes, unidas pela sua condição comum de proprietárias de uma riqueza natural, mas sim pelo acirramento de sua polarização. O “povo soberano” não se afirma como unidade da nação, mas sim em sua contraposição aos setores dominantes.

Esta polarização esteve particularmente evidente durante o período em que o governo tomou diversas iniciativas para modificar a política petroleira, tanto através de uma nova lei do setor quanto com a nomeação para a PDVSA de dirigentes afinados com a sua estratégia. Não por acaso, é nesta conjuntura que a disputa política adquire seu ponto culminante, do qual são expressões o golpe de 11 de abril de 2002 e a

paralisação petroleira ocorrida no final do mesmo ano. Sua derrota nos primeiros meses de 2003 é um marco para o restabelecimento de um regime público e proprietário do petróleo, cuja exploração está voltada para maximização da renda petroleira captada pelo Estado. Esta vitória permite a consolidação do projeto bolivariano, sustentado em uma arrecadação fiscal crescente.

III. Buscou-se indicar, sem nos propor a um relato exaustivo, os elementos estruturadores da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela. Até aqui, abordamos esta questão no âmbito da captação do excedente petroleiro, evidenciando a oposição entre duas estratégias: uma centrada na acumulação transnacionalizada de capital diretamente no setor petroleiro e outro na maximização da renda petroleira. A partir de 2003, há uma vitória desta segunda estratégia, retomando em condições distintas políticas que marcaram a Venezuela ao longo do século XX e que podem ser definidas como o *nacionalismo petroleiro*.

A partir deste momento, dois novos elementos compõem a situação da Venezuela. Por um lado, um aumento da arrecadação petroleira do Estado venezuelano fruto da nova política e dos preços internacionais do petróleo. E por outro uma radicalização do horizonte de transformação do processo bolivariano, apontando para além do capitalismo, rumo ao que Hugo Chávez definiu como o Socialismo do Século XXI.

Tendo em vista estes dois elementos, nos parece pertinente deslocar o foco de investigação da questão da captação da renda petroleira para a questão de sua distribuição e circulação. Isto é, como no marco de um auge rentista, aconteceu a distribuição da renda petroleira tendo em vista a presença no Executivo venezuelano de um governo popular com orientação socialista?

Se o processo bolivariano busca se afirmar enquanto ruptura com os governos anteriores, quais elementos de permanência podemos identificar? E que mudanças? Além disso, que características tendem a ser reforçadas a partir do ingresso de uma enorme quantidade de divisas oriundas das exportações de petróleo? Como pensar um processo de transformação social neste contexto?

Entre os autores que se debruçaram sobre essa peculiar condição da Venezuela enquanto país petroleiro, Asdrúbal Baptista e Bernard Mommer apresentam uma

contribuição significativa. Ambos são decisivos para a formulação da teoria do capitalismo rentístico, situação de um país no qual uma parcela significativa de seu PIB é oriunda da captação de uma renda internacional oriunda da venda de recursos não produzidos. A partir da retomada da categoria de renda da terra para analisar a Venezuela petroleira, os autores buscam compreender como essa situação molda a formação social venezuelana nos seus mais variados aspectos (BAPTISTA, 2006).

Uma síntese do conceito de *capitalismo rentístico* se encontra no prólogo escrito por Bernard Mommer para a edição de 1997 da *Teoría económica del capitalismo rentístico*:

En primer lugar y por encima de todo, es una forma de desarrollo capitalista. En segundo lugar, es una forma de desarrollo de un capitalismo nacional, favorecido, significativa y sostenidamente, por una renta internacional de la tierra. Presupone, pues, que la economía nacional en cuestión se halla inserta en un mercado mundial ya altamente desarrollado. Tercero, esta renta internacional de la tierra corresponde, en una primera instancia, al Estado (BAPTISTA, 2010, p. XVII).

Dialogando com essa abordagem, particularmente com a de Mommer, Fernando Coronil no clássico *El Estado Mágico* busca compreender como a Venezuela se formou nessa relação com o petróleo.

Los efectos del petróleo en su forma dinero, esto es, como valor de cambio, fueron más vastos que como mercancía con propiedades físicas específicas, o sea en tanto valor de uso. Como valor de cambio, el impacto social se produce una vez que el petróleo se ha vendido en el mercado internacional. En el nivel superficial del intercambio del mercado, la transformación del petróleo en dinero y de dinero en bienes y servicios adopta la apariencia de un proceso natural; a cambio del petróleo, Venezuela recibe su equivalente monetario en dólares que entonces se gastan en el país y en el extranjero. Pero estas transformaciones presuponen también la transfiguración de los agentes sociales que participan en el proceso. De ahí que si el petróleo permea la sociedad venezolana mediante su metamorfosis en dinero, es metamorfoseando la sociedad que el dinero proveniente del petróleo se incorpora plenamente en ella y logra sus múltiples efectos (CORONIL, 2002, p. 125).

Afastando-se das análises que depositam no próprio petróleo a condição de portador de uma maldição, Coronil nos lembra que o impacto desse recurso natural depende das características da formação social em questão. Assim como a Venezuela, Estados Unidos, Noruega, Arábia Saudita, dentre outros, são grandes produtores de petróleo, e as diferenças entre esses países são bastante grandes. No caso da Venezuela,

seu impacto ao longo dos anos reproduziu a situação de dependência, de forma ainda mais marcante nos momentos de auge petrolero.

A erosão das atividades produtivas como resultado da entrada maciça de dinheiro do petróleo tem sido comumente chamada de "doença holandesa", uma síndrome assim batizada devido aos efeitos negativos dos lucros inesperados provenientes da exploração de gás do Mar do Norte sobre as atividades de produção na Holanda. Prefiro chamá-la de "doença neocolonial" não só porque estas consequências são muito mais difundidas e perniciosas nas economias pouco diversificadas das nações pós-coloniais, mas porque eles incluem a reprodução das relações de dependência colonial entre essas nações formalmente independentes e centros metropolitanos. (CORONIL, 2008, p. 19)

A partir do diálogo com essas elaborações, torna-se possível problematizar a questão da circulação da renda petrolera, visando identificar seus mecanismos de distribuição e seus impactos sobre o país, bem como as mudanças e permanências dessas características em anos recentes. O período iniciado a partir de 2003 é aquele no qual as promessas do nacionalismo petrolero são colocadas à prova, evidenciando igualmente as dificuldades associadas à dinâmica do capitalismo rentístico durante os momentos de alta arrecadação fiscal petrolera.

O ano de 2013 coloca esta questão de maneira contundente: provavelmente no ano que ultrapassará os US\$ 100 bilhões de exportações petroleras, a Venezuela vive uma escalada nos preços e uma carência de produtos básicos. Como afirma o governo, existem evidência de ações coordenadas de setores empresariais visando aumentar os preços e promover a escassez de produtos, entretanto a questão é compreender por que estes vem obtendo sucesso.

As medidas adotadas pelo governo Maduro visam desta vez não a disputa pela captação da renda petrolera no próprio setor petrolero, mas sim atuar em seu processo de distribuição e circulação dentro do país. Um novo período de agudas disputas começa a se abrir na Venezuela, cuja intensidade recorda os primeiros anos do século XXI.

Bibliografia:

BAPTISTA, Asdrúbal (2006). **El relevo del capitalismo rentístico: hacia un nuevo balance del poder**. Caracas: Fundación Empresa Polar.

BAPTISTA, Asdrúbal (2010). **Teoría económica del capitalismo rentístico**. Caracas: BCV.

BAPTISTA, Asdrúbal; MOMMER, Bernard (1987). **El petróleo en el Pensamiento Económico Venezolano - Un Ensayo**. Caracas: Ediciones IESA.

CORONIL, Fernando (2002). **El estado mágico**. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela / Editorial Nueva Sociedad, Caracas.

CORONIL, Fernando (2008) "It's the oil, stupid!!!" **Revista - Harvard Review of Latin America**, vol. 8, n. 1, p. 19.

FURTADO, Celso (2008). **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado. Arquivo Celso Furtado, vol. 1.

GIORDANI, Jorge (2009). **La transición venezolana al socialismo**. Caracas: Vadell Hermanos Editores.

LÓPEZ-MAYA, Margarita (2005). **Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio**. Caracas: Alfadil.

LÓPEZ MAYA, Margarita; LANDER, Luis E. (2009). "El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales". **Cuadernos del Cendes**, año 26, nº 71, p. 67-87.

MOMMER, Bernard (1988), **La Cuestión Petrolera**. Caracas: APUCV-Tropikos.

MOMMER, Bernard (2003): **Petróleo Global y Estado Nacional**. Caracas: Comala.com

Notas:

[i] O presente artigo retoma de forma sintética as principais conclusões da dissertação de mestrado “Petróleo e Processo Bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo entre 2001 e 2003” buscando desenvolver algumas das indagações surgidas ao longo da pesquisa. Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas e discutidas nas VI Jornadas Bolivarianas (IELA-UFSC), no IV Simpósio Lutas Sociais (Gepal-UEL) e no Colóquio Internacional Marx e o Marxismo (NIEP-Marx-UFF).

[ii] Professor de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

[iii] Em algumas obras, o autor utiliza o termo regime público proprietar (MOMMER, 2003).